

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
 Av. Engenheiro Costano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
 (1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
 (1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
 Júlio de Mesquita Neto
 Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
 Ruy Mesquita
 César Tácito Lopes Costa
 José M. Homem de Montes
 Oliveiros S. Ferreira

A opção definitiva nas mãos dos constituintes

Vai terminando a primeira fase dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte com a entrega dos relatórios das oito comissões temáticas à Comissão de Sistematização, presidida pelo deputado Bernardo Cabral, que deverá compilar os milhares de projetos e sugestões apresentados, eliminando as repetições e redundâncias, para depois devolvê-los ao plenário para nova rodada de discussões, emendas e votação final. As propostas aprovadas voltarão, então, à Comissão de Sistematização que lhes dará a redação final, desta vez com poder para julgar o seu mérito, para alterá-las e até para vetá-las.

O balanço desta primeira fase dos trabalhos reflete a dicotomia em que vive mergulhado o Brasil, sucintamente definida por Hélio Jaguaribe como "a síndrome da Belíndia", ou seja, do país onde convivem lado a lado uma sociedade economicamente desenvolvida, desfrutando um padrão de vida semelhante ao das potências secundárias da Europa (Bélgica), e uma maioria de brasileiros mergulhados ainda na miséria e no subdesenvolvimento, vivendo em padrões semelhantes aos de países do Terceiro Mundo (Índia). Essa maioria subdesenvolvida, como lembrava Hélio Jaguaribe em artigo para o nosso "Caderno de Programas e Leituras" de sábado passado, "reproduz-se a si mesma na expressão de sua representação política e não logra com isso (eleger) indivíduos que tenham capacidade de transcender as causas em virtude das quais elas continuam inseridas no primitivismo".

A compensação, ainda que parcial, desse desequilíbrio que seria justo esperar dos representantes da sociedade desenvolvida das regiões Sul e Sudeste do País, no entanto, não ocorre, em função de um fenômeno que se explica pela profunda desilusão dos brasileiros com o cenário político do País. É curioso e pode parecer estranho a muitos brasileiros constatar que o Estado economicamente mais desenvolvido da Nação — São Paulo — tenha produzido alguns dos mais expressivos representantes do nosso subdesenvolvimento político. É que aos representantes da elite empresarial do País, capazes de desenvolver tão bem suas potencialidades nos diversos ramos da produção, repugna ingressar na carreira política no ambiente pestilento em que ela se desenvolve no Brasil. Assim, esta vanguarda da modernidade empresarial brasileira simplesmente fica sem representação política, deixando este terreno aos fracassados e aos ambiciosos, incapazes de vencer no ambiente da concorrência empresarial, ou aos escravos das ideologias, suficientemente disciplinados e suficientemente ávidos de poder para se aventurarem nesse terreno. Há poucas exceções — no momento ocorrem o nome do deputado Afif Domingos — que só servem para confirmar a regra.

Assim se explica por que, neste momento em que surgem de modo mais claro do que nunca as evidências de que a excessiva intromissão do Estado nas atividades econômicas, a infinita multiplicação de regras e regulamentos feitos mais no interesse da burocracia e dos que a usam como instrumento de corrupção do que no interesse do bom funcionamento do organismo social, estão na raiz da crise econômica crônica em que vivemos, a maioria das propostas apresentadas à Comissão de Sistematização, aponta para mais intromissão do Estado na economia, mais regulamentos e barreiras da burocracia na vida das empresas e dos cidadãos dispostos tendentes a restringir ainda mais a liberdade econômica, a inibir os investimentos domésticos e a afastar os investidores, as empresas e a tecnologia estrangeiras que tanta falta vêm fazendo ao País. Tendentes, enfim, a isolar definitivamente a economia brasileira num mundo em que as economias nacionais são cada vez mais interdependentes.

Tomando a imagem da "Belíndia", seria lógico esperar-se que os constituintes, de modo geral, tomassem todas as disposições possíveis para aproximar a "Índia" brasileira da "Bélgica" brasileira, ou, em outras palavras, para aproximar o nível de vida dos habitantes do Piauí dos habitantes de São Paulo. Mas é desanimador constatar que foi um político de São Paulo, o senador Mário Covas, quem fez os maiores esforços possíveis para colocar à frente de cada uma das mais importantes comissões temáticas da Constituinte representantes de ideologias que preferem, diante dos desequilíbrios e injustiças que encontram na contemplação destes dois brasis, fazer com que sejam os habitantes do Brasil subdesenvolvido que regridam ao padrão de vida do Brasil desenvolvido, em nome da "melhor distribuição de renda". Evidentemente, é muito menos o desejo "nobre" de "reduzir o desequilíbrio" do que o de manter o maior número possível de cidadãos brasileiros em estado de dependência total em relação a um Estado paternalista e autoritário, que os move...

Porque dúvidas quanto à eficiência do socialismo em comparação com a das economias regidas pelo mercado na tarefa da erradicação da miséria já não existem mais nem na mãe pátria socialista, a União Soviética.

Ouçamos — para confirmá-lo de fonte insuspeita — a economista do Partido Comunista da União Soviética, Larissa Popova, que escreveu recentemente um artigo para a revista Novy Mir, de Moscou, reproduzido no Jornal da Tarde de ontem. Ela falava, naturalmente, das dificuldades encontradas por Gorbachov (principalmente a resistência da burocracia) para introduzir o seu programa de modernização da economia soviética. Mas suas observações são absolutamente pertinentes ao caso brasileiro e servem de exemplar alerta aos nossos constituintes: "O país precisa escolher entre a completa liberdade econômica e um controle central. Você não pode estar meio grávida. Ou é um plano, ou é um mercado; ou é direcionado, ou é competitivo". E faz a sua opção: "Os países do Terceiro Mundo que contam com mercados livres estão se aproximando rapidamente da União Soviética (ela se referia àqueles que citamos anteriormente como exemplo, em nossos editoriais, como Coréia do Sul, Formosa, Singapura etc.), enquanto os que introduziram o socialismo (ela se referia àqueles que o Itamaraty corteja, com exclusividade) começam a enfrentar o problema da fome... "Onde há socialismo", constata Larissa, depois de José Sarney, "não há lugar para mercados e espírito liberal. Estou convencida de que isso também é verdade em relação às tentativas hoje existentes de se sintetizar a economia nacional na freqüência do semíndico (veja-se as tentativas de Fúaro, no Brasil). A opção é entre uma economia de mercado funcionando com leis equilibradas, estritas e claras com todos os seus mais — por exemplo, a eficiência — e todos os seus menos — grandes diferenças de renda, desemprego — e uma economia planejada socialista, também com todos os seus mais — segurança financeira individual — e menos — déficits e má administração", e, acrescentamos, outros menos que nós, brasileiros, conhecemos bem, como a corrupção, o tráfico de influências, a chantagem econômica, etc., etc. E note-se que na URSS, país plenamente desenvolvido, há realmente segurança financeira individual, embora com baixo nível de vida. Não há miséria. Aqui, trata-se de superar a miséria absoluta de, pelo menos, um terço da população...

O quadro que se apresenta e as opções que ele oferece é, portanto, muito claro, até para quem não gostaria de ver o que ele mostra, como comprovam as opções da economista soviética. Resta saber como optarão os constituintes brasileiros, se por Larissa, se por Conceição...

Afirma o deputado Bernardo Cabral que as propostas chegadas à sua comissão nesta primeira fase refletem o contrário do pensamento predominante na Assembléia Nacional Constituinte, que seria pela livre ini-

ciativa e pela redução do papel econômico do Estado porque a maioria dos constituintes, refletindo o que pensa a maioria do povo brasileiro, também vê aqui o que a economista soviética vê na URSS e o que todas as pessoas que não são cegas por opção vêem no mundo inteiro, particularmente neste momento em que todos os efeitos perversos da intromissão excessiva do Estado na economia brasileira se manifestam de modo tão dramaticamente agudo. Segundo ele, os relatórios que recebeu das subcomissões afirmam o contrário desse pensamento porque eles refletem o pensamento de uma minoria "que faz muito estardalhaço na discussão de temas conflitantes, deixando a maioria silenciada". Mas garante que, na hora da votação, essa distorção será corrigida.

Esperamos que ele tenha razão e tendemos a acreditar que realmente tem. Mas a apreensão se justifica. Primeiro, porque se há um fenômeno que tem marcado esta "Nova" República é o de ela sempre ter se submetido aos desejos e imposições desta minoria barulhenta. Oxalá o sr. Bernardo Cabral tenha a coragem e a serenidade, que têm faltado aos que estão situados nos postos mais altos na hierarquia da "Nova" República, para enfrentá-los quando chegar o momento, o que não será fácil no ambiente conturbado que a atual crise faz prever para então. Do contrário, poderemos contar que os prejuízos que o Brasil já vem sofrendo pela simples barulheira que estas forças têm feito, se tornarão irreversíveis. Não havendo meia gravidez, como notou a economista soviética, estaremos inteiramente grávidos. Fecundados pelo sêmen do totalitarismo.